



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Reitoria

Colégio de Dirigentes do IFMG

Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

**Ata da 46ª Reunião Ordinária do Colégio de
Dirigentes do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Minas
Gerais (Gestão 2023-2027), realizada em 16
de junho de 2026**

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, no Campus Itabirito, nas dependências da Sala de Inovação, teve lugar a quadragésima sexta reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do IFMG. Registraram-se as presenças dos seguintes membros titulares e representantes: Daniel França Fonseca (Diretor-Geral do Campus Itabirito), Fernanda Honorato (Pró-Reitora de Administração e Planejamento), Flávio Rocha Puff (Diretor-Geral do Campus São João Evangelista), Gislayne Elisana Gonçalves (Pró-Reitora de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação), Gustavo Pereira Pessoa (Diretor-Geral do Campus Ibirité), Haroldo Lacerda de Brito (Diretor-Geral do Campus Ouro Branco), Rafaela Lavorato (Pró-Reitora Substituta de Gestão com Pessoas), Humberto Coelho de Melo (Diretor-Geral do Campus Piumhi), Humberto Garcia de Carvalho (Diretor-Geral do Campus Bambuí), José Roberto de Paula (Reitor Substituto), Luciano Vilas Boas Espiridião (Diretor-Geral do Campus Ponte Nova), David Silva Franco (Diretor-Geral do Campus Avançado Ribeirão das Neves), Mario Luiz Viana Alvarenga (Pró-Reitor de Ensino e Assuntos Estudantis), Márcio Silva (Representando o Diretor do Campus Avançado Arcos), Rafael Martins Ribeiro (Diretor de Ipatinga), Reginaldo Vagner Ferreira (Diretor-Geral do Campus Betim), Reginato Fernandes dos Santos (Diretor-Geral do Campus Ouro Preto), William Tomaz (Representando o Campus Congonhas, representado por William), Sabrina Sá e Sant'Anna dos Santos (Diretora-Geral do Campus Sabará), Tonimar Domiciano Arrighi Senra (Diretor-Geral do Campus Governador Valadares), Venilson Luciano Benigno Fonseca (Diretor Geral de Conselheiro Lafaiete), Wemerton Luís Evangelista (Diretor-Geral do Campus Santa Luzia), Leonardo de Paiva Barbosa (Diretor-Geral do João Monlevade) e Willerson C. da Silva (Campus Avançado Contagem). Os trabalhos foram abertos e conduzidos pelo reitor substituto, José Roberto de Paula, que iniciou o momento manifestando agradecimentos ao Diretor-Geral da unidade anfitriã, Professor Daniel, pela acolhida e recepção. Na sequência, o reitor substituto justificou formalmente a ausência do Reitor Rafael, informando que este se encontra em período de recuperação após submeter-se a um procedimento eletivo, ao qual se somará um período de férias programadas com duração de trinta dias. Dando continuidade à abertura, foram proferidas as boas-vindas aos novos integrantes e participantes que passaram a compor o colegiado, com menção especial ao Professor Willerson, que foi convidado para assumir a coordenação do processo de implantação do Campus Contagem. Ato contínuo, foi transmitido o comunicado acerca da visita iminente do Ministro da Educação aos campi de Formiga e João Monlevade, justificando-se, dessa forma, a ausência na presente reunião dos dirigentes Ana Kelly e Patrick para acompanhar a agenda ministerial em suas respectivas unidades. Passando ao espaço dedicado às considerações do campus sede, o Diretor-Geral, Professor Daniel, fez uma exposição

detalhada sobre a trajetória do Campus Itabirito, sublinhando o fato de a unidade ter sido a pioneira na chamada primeira leva de transformação institucional ocorrida no ano de dois mil e vinte e três. Em seu relato histórico, o diretor apontou que o campus iniciou as atividades pedagógicas com um corpo discente de trezentos alunos e enfrentou complexos desafios estruturais de manutenção predial no início da implantação, período que esteve sob a gestão da antiga diretora, Professora Fernanda Honorato. No tocante aos avanços em inovação e expansão, o Diretor Daniel salientou que o próprio espaço onde se realizava a presente reunião — a nova Sala de Inovação — constituía o resultado de um effort de otimização patrimonial, uma vez que o local abrigava anteriormente um laboratório de mecânica que se encontrava desativado. Informou, ainda, que a unidade vivencia um processo de expansão física com a recente aquisição de um terreno lateral destinado a futuras instalações, além de estar em andamento a prospecção para a atração de uma unidade tecnológica no campus, fruto de articulações e parceria com o hub de inovação do município. Encerrando suas considerações, o diretor enalteceu o espírito de colaboração intercampi. Em seguida, foi concedida a palavra ao Professor Willerson para o relato sobre o Campus Contagem, oportunidade em que o docente compartilhou com o colegiado sua trajetória institucional prévia, destacando a experiência de oito anos adquirida na direção do Campus Governador Valadares e a atuação subsequente na Reitoria na condução da Diretoria de Extensão. Ao versar sobre as metas e o desafio inerente de iniciar as atividades e estruturar o Campus Contagem, o professor estendeu o convite formal a todos os integrantes do Colégio de Dirigentes para que compareçam à audiência pública agendada para o dia vinte e três, uma terça-feira, ocasião na qual será apresentada formalmente à sociedade a proposta de oferta acadêmica de cursos para a nova unidade. Prosseguindo com os trabalhos, adentrou-se na ordem do dia, momento em que o reitor substituto, José Roberto de Paula, informou aos presentes que a pauta previa a discussão de nove itens programados. O debate foi iniciado com a temática da Alimentação Escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob a condução técnica da Professora Letícia que atua na Pró-reitoria de Ensino. As discussões destacaram a evolução nutricional dos alimentos com a exclusão total de ultraprocessados e o aumento para quarenta e sete vírgula sete por cento nas aquisições da agricultura familiar, reduzindo a dependência de pregões eletrônicos. Diante disso, reforçou-se a necessidade de formalização de Comissões Locais de Alimentação Escolar nos campi para gerir de forma ampla a política de alimentação. No detalhamento das diretrizes, informou-se que a composição dos cardápios agora exige zero por cento de ultraprocessados, no máximo dez por cento de processados e pelo menos oitenta e cinco por cento de alimentos *in natura* ou minimamente processados, incluindo opções saudáveis e proibindo itens industriais como refrigerantes e embutidos. Para otimizar a gestão e reduzir desperdícios, anunciou-se o lançamento de um aplicativo específico desenvolvido em parceria com o CEIA e o CEIPARTE. O programa também passará a focar no atendimento especializado a estudantes com restrições alimentares, alergias e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na parte logística, estuda-se garantir a distribuição diária de lanches em todas as unidades para sanar reclamações discentes, avaliando-se um modelo de concessão onde a empresa terceirizada do refeitório também faça a higienização e o fracionamento dos produtos da agricultura familiar. Por fim, informou-se que o PNAE no IFMG atende atualmente quase oito mil estudantes, distribuindo mais de quatro mil lanches diários. Dando continuidade à temática de planejamento orçamentário correlata, o Diretor de Administração e Planejamento, Rainer de Paula, conduziu a pauta sobre o PNAE e a suplementação da Ação 21IV. Foi destacado que o programa legalmente constitui uma ação de extensão rural, orientando-se que os campi o integrem às suas coordenações de extensão para aproximar o IFMG dos produtores locais.

Quanto à estrutura orçamentária, explicou-se que em dois mil e vinte e seis os antigos planos tornaram-se ações específicas: a 2994 (auxílios financeiros e internato), a 211V (alimentação estudantil) e a 211H (atendimento especializado). Essa mudança reduziu a flexibilidade institucional, pois remanejamentos entre ações agora dependem de aprovação do Ministério do Planejamento, levando até dois meses e meio e limitando-se a quatro janelas anuais. Informou-se também que, apesar da suplementação de dois milhões e oitocentos mil reais recebida no corrente ano para expandir o atendimento e acompanhar as obras dos restaurantes do PAC, há incertezas para dois mil e vinte e sete, dado que a Ação 211V ainda não compõe a matriz CONIF. Na sequência, alertou-se para o impacto da omissão de renda na Plataforma Nilo Peçanha, que atingiu vinte e seis por cento em dois mil e vinte e cinco; como o cálculo orçamentário prioriza perfis de menor renda, a falta de declaração reduz os repasses financeiros aos campi, mesmo mantendo-se a demanda pelos serviços. Como encaminhamentos para mitigar o problema, propôs-se a realização de campanhas de conscientização junto às famílias, a integração dos dados de matrícula e assistência no SUAP, a antecipação das análises de renda pela Reitoria e a atuação direta dos assistentes sociais no diálogo com a comunidade escolar. Na sequência das deliberações, a Professora Letícia retomou a palavra para apresentar as diretrizes para a Política de Alimentação Escolar Programada, contextualizando o programa como uma política essencial de permanência estudantil e de responsabilidade coletiva dos servidores, com recurso assegurado de dois milhões e oitocentos mil reais para execução integral no corrente ano, visando a equidade no atendimento. Diante da necessidade de execução imediata e do caráter temporário da ação, foram avaliadas modalidades de fornecimento sob critérios de custo, risco sanitário e infraestrutura, tais como cesta de alimentos e kit de gêneros, lanche reforçado com sanduíches naturais, refeição transportada em marmiteira (considerada de alto risco sanitário) e refeição ultracongelada, apontada como o cenário ideal em segurança alimentar, embora exija adequações físicas nos campi. Para operacionalização das ações, os campi foram divididos em três categorias: a Categoria 1, para unidades sem restaurante, que deverão optar por lanches reforçados ou kits; a Categoria 2, para unidades com restaurantes terceirizados, focando na inclusão de alunos assistidos; e a Categoria 3, para unidades com restaurante estudantil já consolidado. Como estratégias de gestão e execução orçamentária, recomendou-se atenção ao limite legal de vinte e cinco por cento para acréscimos e supressões contratuais, a busca pela equidade para evitar a estigmatização de alunos assistidos e a ampliação do atendimento por meio da redução do período letivo coberto de cem para oitenta dias, permitindo a inclusão de estudantes da graduação. Como encaminhamentos finais, foi anunciada a convocação de gestores e estudantes para uma audiência pública e mobilização institucional em Betim, agendada para o dia primeiro de julho, a continuidade do suporte técnico pela equipe composta por Letícia, Mário, Rainer e Fernanda, e a previsão de lançamento do aplicativo de gestão desenvolvido pelo Centro de Excelência. Partindo para o próximo ponto de pauta, a Coordenadora de Administração, Mariana Pimenta, destacou a urgência nos processos licitatórios devido ao fim do ano orçamentário, reforçando a eficácia das compras centralizadas. Atualmente, dos dezenove processos institucionais, dezesseis são executados pela Reitoria. Para evitar a sobrecarga das unidades, ressaltou-se a necessidade de um rodízio na execução das licitações entre os campi — como ocorreu com Santa Luzia, Congonhas e Ouro Preto —, solicitando-se o apoio das Direções Gerais. Sobre as compras unificadas com o MEC, informou-se a participação no subcomitê de educação para criar atas de registro de preços nacionais, com foco inicial em cursos técnicos da região sudeste. Apresentou-se a modalidade Contrata Mais Brasil para pequenos reparos, com limite de treze mil, noventa e oito reais e quarenta e um centavos por contrato, sendo vedado para obras ou engenharia que exijam Anotação

de Responsabilidade Técnica (ART), além de um novo módulo para compra de alimentos via PNAE e PAA. Quanto ao Plano de Contratações Anual (PCA), ficou definido que apenas itens acima de dois mil e quinhentos reais serão incluídos, sendo os demais geridos por suprimento de fundos; destacou-se ainda o avanço na publicação do PCA no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Em seguida, discutiu-se a gestão do contrato de impressão em modelo de *outsourcing*, que exige fiscalização cuidadosa de cada campus e adimplência nos pagamentos, lembrando que o faturamento é individualizado e o atraso de uma unidade não afeta as demais. Por fim, a equipe de licitações informou que o setor continua em movimento de greve há mais de noventa dias, desde dez de março, e que foi enviado ofício ao comando de greve solicitando que atividades relacionadas ao PNAE, PAC e assistência estudantil sejam consideradas essenciais para a manutenção mínima. Após o retorno do almoço, o reitor substituto, José Roberto, reiniciou os trabalhos informando que a pauta sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) TAE ficará para uma próxima reunião, devido ao tempo previsto para o término desta sessão. Seguindo para a apresentação da minuta de resolução sobre as diretrizes de atuação e o dimensionamento das equipes pedagógicas multiprofissionais no âmbito do IFMG, atuaram como reladoras as pedagogas Helen, do Campus Santa Luzia, Jordana, do Campus Sabará, e Cláudia. O documento apresentado é fruto de um trabalho de dois anos desenvolvido por um Grupo de Trabalho composto por representantes de diversos campi e tipologias da instituição. Na abertura, justificou-se a necessidade de ordenamento dessas equipes devido à crescente complexidade das demandas estudantis na última década, buscando fortalecer as ações de permanência e êxito dos alunos por meio de um trabalho articulado e interdisciplinar que evite a atuação isolada de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, oferecendo ainda suporte aos docentes frente à diversidade em sala de aula e respeitando as especificidades regionais. Ficou proposto que as equipes sejam formadas prioritariamente pelos cargos de assistente de alunos, assistente social, pedagogo, psicólogo e técnico em assuntos educacionais. Para o dimensionamento nos campi, foram propostos dois cenários baseados nas tipologias vigentes, sendo o cenário mínimo operacional, que traz o quantitativo essencial para atender aos eixos de gestão pedagógica, suporte ao docente e acompanhamento ao estudante, e o cenário institucional de referência, modelo ideal a ser alcançado a longo prazo, destacando-se como novidade a sugestão de criação de uma equipe multiprofissional de retaguarda e articulação na própria Reitoria. O diagnóstico realizado via SUAP apontou que muitas unidades encontram-se distantes do mínimo operacional, especialmente na tipologia de campi avançados, onde há acentuada carência de psicólogos. Durante os debates, os diretores Flávio Puff e Humberto de Carvalho alertaram que o quantitativo de assistentes de alunos proposto no cenário mínimo é insuficiente para suprir as demandas específicas de moradia estudantil e saúde mental de suas realidades. Questionadas sobre possíveis conflitos com as normas dos conselhos de classe de Psicologia e Serviço Social, as reladoras esclareceram que a proposta foca no trabalho coletivo e preserva integralmente o sigilo e as especificidades de cada profissão. Como encaminhamentos, estabeleceu-se o horizonte de um ano para a padronização das nomenclaturas e reconhecimento formal das equipes, cinco anos para o alcance do piso mínimo operacional em todos os campi e dez anos para a consolidação do cenário de referência, sendo que a proposta final será submetida à consulta pública antes de seguir para aprovação pelo Conselho Superior. A próxima pauta foi iniciada pelo Pró-Reitor de Ensino, Mário, que contextualizou o trabalho do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela nova redação da jornada docente, explicando que, como a construção de um novo regulamento completo demandará tempo e depende de uma nova portaria nacional que substitua a Portaria 983, a Pró-Reitoria de Ensino (Proen) e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep),

representada por Rafaela Lavorato, propuseram ajustes pontuais e imediatos na resolução atual. Das quatro propostas enviadas ao GT para implementação imediata, três foram aceitas e uma foi postergada. A proposta postergada refere-se ao sistema de lançamento ilimitado de atividades com ajuste automático de carga horária, considerado complexo para o momento. Entre as aprovadas, definiu-se a redução da carga horária mínima de aulas de quatorze para dez horas, fundamentada na Portaria 750, bem como a desburocratização de portarias, determinando que casos com menos de dez horas de aula passarão a ser autorizados diretamente pela Direção-Geral do campus, sem necessidade de portaria do Reitor. Também foi aprovado que os docentes em exercício em unidades diferentes de sua lotação deverão registrar seus Planos e Relatórios Individuais de Trabalho (PIT/RIT) na unidade onde as atividades de fato ocorrem. Durante os debates, que se centraram na flexibilização das horas e no controle de frequência, o Pró-Reitor Mário expressou que o controle ideal seria feito por meio da chamada no diário de classe, pois permite acompanhar a permanência do estudante. Sobre a redução da carga horária mínima, a Pró-Reitora Substituta, Rafaela Lavorato, enfatizou que a mudança visa reduzir tensões e desgastes administrativos desnecessários nos processos de gestão. Em seguida, os diretores presentes manifestaram preocupações sobre a identidade institucional e a expansão da pós-graduação. O Diretor Reginaldo defendeu a necessidade de uma escolha institucional clara entre focar nos melhores cursos técnicos ou na pós-graduação, reforçando a urgência de definições estratégicas e tomadas de decisão internas para evitar que terceiros decidam pela instituição. Complementando a discussão, o Diretor Gustavo alertou sobre os riscos de copiar os modelos das universidades na pós-graduação, argumentando que tal estrutura não daria certo na instituição por possuírem dinâmicas e suportes diferentes. Como encaminhamentos, definiu-se que a proposta com os três itens validados pelo GT será submetida ao Conselho Superior (Consup) para alteração imediata da resolução vigente, enquanto o GT continuará os trabalhos para a redação de um novo regulamento completo; por fim, sugeriu-se a realização de um seminário ou imersão presencial para que o Colégio de Dirigentes discuta detalhadamente os pilares de ensino, pesquisa e extensão. Em seguida, a Pró-Reitora de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação, Gislane, convidou Alexandre Xavier, representante da Editora IFMG, para apresentar os trabalhos sobre Linguagem Simples, projeto que atende a um convite do professor Mário para integrar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com o objetivo de tornar os documentos institucionais mais acessíveis. Em seu diagnóstico, Alexandre destacou o impacto negativo do "burocratês" na administração pública e alertou que trinta por cento da população brasileira convive com o analfabetismo funcional; somado a isso, ponderou que o acesso à informação ocorre majoritariamente por dispositivos móveis, o que exige textos diretos devido ao tempo reduzido de atenção dos usuários. Na sequência, foi debatida a Política Nacional de Linguagem Simples, de dois mil e vinte e cinco, que visa garantir a dignidade humana ao permitir que o cidadão compreenda as informações sem intermediários. Sobre as aplicações práticas no IFMG, detalhou-se o trabalho conjunto para simplificar os editais de processos seletivos por meio de resumos e termos mais diretos. Durante a apresentação, Alexandre fez referência ao Diretor de Processos Seletivos Estudantis, Tiago Dias, destacando sua iniciativa estratégica ao afirmar que foi uma ação muito importante buscar a simplificação do edital de processo seletivo, que talvez seja o edital mais importante da instituição e a razão de sua existência, pois, sem ele, a instituição não existiria. Os resultados dessa abordagem incluem a redução de erros e de dúvidas triviais por e-mail, otimizando os recursos humanos. Nos debates, os participantes apontaram como desafios a superação da cultura institucional rígida, o receio de inovações frente ao controle jurídico e a necessidade de cautela com recursos visuais, já que parte do público também tem dificuldades com infográficos.

No encerramento da pauta, foi anunciado que a Editora IFMG passará a contar com um espaço físico na Reitoria para valorização de suas atividades e manutenção de tiragens físicas para eventos. No último ponto de pauta, o servidor Matheus Frade apresentou o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) do IFMG, instrumento de governança obrigatório que serve como guia estratégico para alinhar as contratações públicas às dimensões econômica, social e ambiental, em atendimento à Lei nº 14.133 e demais legislações vigentes. Explicou que o documento de setenta e quatro páginas foi elaborado ao longo de três meses por um grupo de trabalho multidisciplinar e contou com consulta pública. O plano estrutura-se em três diretrizes e seis eixos temáticos, introduzindo o conceito de Custo Total de Sustentabilidade (CTS) para avaliar o ciclo completo de vida dos produtos adquiridos, englobando manutenção e descarte. Durante a apresentação, o Diretor Leonardo Barbosa manifestou preocupação com a operacionalização das metas nos campi, relatando a dificuldade histórica de documentar ações já implantadas e os entraves na logística externa, como nos casos em que a coleta seletiva municipal recolhe os resíduos de forma indiferenciada. Em resposta, Matheus esclareceu que o PDLS prevê a criação de uma comissão de monitoramento e avaliação para institucionalizar a coleta de dados e acompanhar os indicadores de consumo de energia, água, papel e combustível — incluindo metas como a redução de cinco por cento ao ano na energia elétrica e a substituição gradual da frota por veículos híbridos ou elétricos. Ao final, informou-se que o documento será encaminhado ao Conselho Superior (Consup) para aprovação final, recomendando-se que os setores de compras e infraestrutura iniciem o alinhamento às novas diretrizes. Após os agradecimentos finais, e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Fernanda Chaves, secretária designada, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e demais participantes.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Sa E Sant Anna dos Santos, Professora**, em 13/07/2026, às 12:09, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David Silva Franco, Diretor(a) Geral - Campus Ribeirão das Neves**, em 13/07/2026, às 14:47, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Willerson Custodio da Silva, Professor**, em 13/07/2026, às 16:57, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Ogando Chaves, Secretário(a) Designado(a)**, em 31/07/2026, às 16:14, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Lacerda de Brito, Professor**, em 31/07/2026, às 16:25, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Coelho de Melo, Diretor(a) Geral - Campus Piumhi**, em 31/07/2026, às 16:39, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gislayne Elisana Goncalves, Pró-Reitor(a) de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação do IFMG**, em 31/07/2026, às 17:44, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wemerton Luis Evangelista, Diretor(a) Geral - Campus Santa Luzia**, em 31/07/2026, às 18:27, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tonimar Domiciano Arrighi Senra, Diretor(a) Geral - Campus Governador Valadares**, em 02/08/2026, às 20:42, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo de Paiva Barbosa, Diretor(a) Geral Pro Tempore - Campus João Monlevade**, em 03/08/2026, às 09:03, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Venilson Luciano Benigno Fonseca, Diretor(a) Geral - Campus Conselheiro Lafaiete**, em 03/08/2026, às 10:32, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Reginato Fernandes dos Santos, Diretor(a) Geral - Campus Ouro Preto**, em 03/08/2026, às 18:35, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Martins Ribeiro, Diretor(a) Geral - Campus Ipatinga**, em 04/08/2026, às 17:27, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto de Paula, Reitor(a) Substituto(a), em exercício da Reitoria**, em 04/08/2026, às 18:46, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Vagner Ferreira, Diretor(a) Geral - Campus Betim**, em 13/08/2026, às 12:11, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Viana Alvarenga, Pró-Reitor(a) de Ensino e Assuntos Estudantis**, em 13/08/2026, às 16:43, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2789868** e o código CRC **847837CA**.

23208.002887/2026-97

2789868v1